

A onda de boatos que reflete a incerteza

8861-100-00
JORNAL DA TARDE

Já traumatizada o suficiente pela nova escalada da inflação, que em setembro voltou a ultrapassar a marca dos 24%, a sociedade brasileira ainda é forçada a passar pelo dissabor de viver com a habitual onda de rumores e boatos a respeito de um suposto pacote para a estabilização dos preços que estaria sendo preparado pela equipe do governo. Esse pacote incluiria, entre outras medidas, a eliminação das isenções do IPI para alimentos industrializados e vestuário, a redução dos subsídios ao álcool, ao crédito agrícola e ao crédito para exportação, e uma ampliação da chamada "Operação Desmonte". Além dessas medidas, o governo teria voltado a estudar a cobrança de tributos em OTN com o objetivo de minimizar as suas perdas de receita.

05 OUT 1988

Esses rumores de mudança na política antiinflacionária estão acontecendo num momento em que o ministro Mílson da Nóbrega se encontra sob pressão do Palácio do Planalto para reforçar a estratégia do **"feijão com arroz"**, que não vem dando os resultados desejados. Embora não se fale em choque, o ministro João Batista de Abreu estaria convencido de que é preciso aprofundar as medidas de contenção a fim de garantir a meta de 2% do PIB para o déficit público em 1989.

Essa preocupação com o déficit certamente não vai além dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, pois, se fosse diferente, as obras da ferrovia Norte-Sul não contariam com recursos de Cz\$ 30 bilhões, até dezembro, nem estariam sendo tocadas em ritmo acelerado. No entanto, apesar desse sinal evidente de que o governo está longe de entrar num regime de austeridade para valer, economistas como o ex-ministro Mário Henrique Simonsen parecem acreditar que, mesmo que existisse essa austeridade, a inflação não cairia. Em outras palavras, além do corte do déficit público e do controle da expansão monetária, de acordo com esse raciocínio, seria necessário uma desindexação.

A julgar por esses rumores, que retratam a expectativa de medidas antiinflacionárias mais severas por parte dos agentes econômicos, o governo dificilmente conseguirá escapar de algum tipo de desindexação, caso deseje de fato colocar suas finanças em ordem. Naturalmente as autoridades econômicas não admitem a existência de estudos para desindexar a economia e até desmentem os rumores nesse sentido, como aconteceu com o ministro João Batista de Abreu, que julgou necessário divulgar uma nota para desfazer a impressão de que o plano de criação de uma nova moeda — o **real** —, preparado pelo economista Francisco Lopes, um dos pais do Plano Cruzado, representava uma opção do governo.

Esse novo plano do economista Francisco Lopes é apenas um exemplo da perplexidade e da confusão causadas pelo descontrole inflacionário, que deverá aumentar na proporção dos gastos adicionais do governo decorrentes da entrada em vigor da nova Constituição. Por esse motivo, acreditamos que já se prepara, com a permissão do presidente da República, que agora atribui a inflação a perversos especuladores (aos quais promete a prisão), mais um choque antiinflacionário, de tipo heterodoxo. Será outra fuga do mundo real, outro expediente para postergar uma cirurgia profunda nos gastos governamentais, que continuam correndo pelos trilhos recém-lançados da ferrovia Norte-Sul muito mais depressa que a receita.

Em outras palavras, a sociedade brasileira está de novo ameaçada de sofrer um engodo, a exemplo do que aconteceu nos dias do Plano Cruzado e do Plano Bresser, e de continuar alheia à experiência de outros países da América Latina que conseguiram vencer a inflação, como o Chile e a Bolívia. Na verdade, tudo o que esses países fizeram foi acreditar na economia de mercado e executar políticas monetárias e fiscais ortodoxas (há outra saída?). O controle do processo inflacionário nesses países está associado à diminuição do tamanho do governo. No Brasil, ao contrário — sobretudo após a vigência da nova Constituição —, o Estado continua sendo uma entidade inchada, cara e improdutiva. É por isso que nos encontramos no grupo de países que, como diz o senador Roberto Campos, "inconformados com a aborrecida constatação de que a inflação resulta de expansão monetária, buscaram fórmulas heterodoxas e inovadoras e acabaram descambando invariavelmente na inflação e estagnação. A inflação era dinâmica e não inercial. Inercial mesmo era a burrice das doutrinas".

Só podemos concordar inteiramente com essas palavras do ex-ministro do Planejamento que sabe muito bem do que está falando, pois, juntamente com o professor Octávio Gouvêia de Bulhões, ele conseguiu vencer a inflação no seu tempo e preparar o terreno para a grande expansão da economia que aconteceu na primeira gestão do ex-ministro Delfim Netto.

Portanto, julgamos que em vez de declarações dúbias ou parciais, cabe aos ministros responsáveis pelas decisões na área econômica enviar à nação uma mensagem de tranquilidade, pois do contrário estarão contribuindo para exacerbar as pressões inflacionárias e produzir mais nervosismo entre os que trabalham e produzem. Está na hora de fechar a fábrica de boatos que lança a cada semana um balão de ensaio. O país real está farto dessas brincadeiras com um assunto tão sério quanto a inflação. Ela já atormenta suficientemente a vida dos brasileiros que dispensam novos artificialismos de economistas com pretensões a mágicos.